

## O IDEÁRIO LIBERAL PERNAMBUCANO

Leonardo Dantas SILVA

O século XVIII, também conhecido como o *Século do Iluminismo*, teve a sua segunda metade tomada por uma total revisão no âmbito social das idéias, a partir da Declaração de Independência das treze colônias inglesas, que vieram constituir-se nos Estados Unidos da América, em 4 de julho de 1776, com repercussões nos movimentos que antecederam à Revolução Francesa de 1789.

Autores de várias nacionalidades vieram expressar os seus princípios democráticos e nacionalistas, pondo em discussão o direito divino dos reis e despertando a burguesia para os princípios da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, mais tarde consagrados na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).

Filósofos, como o suíço Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que em 1762 fez publicar *Du Contrat Social (Do Contrato Social)*, formulando uma nova teoria do Estado, baseado na convenção entre os homens com base no princípio da soberania popular; e Charles Louis de Secondat Montesquieu (1689-1755), autor *De L' Esprit des Lois (O Espírito das Leis)*, eram lidos e discutidos não somente na França como em outros países. As obras poéticas e filosóficas de Voltaire (1694-1778), pseudônimo de François Marie Arouet, autor do *Dicionário Filosófico*; juntamente com as de Denis Diderot (1713-1784), editor da *Enciclopédia Diderot*; e do italiano Cesare Beccaria (1738-1794), autor do clássico *Dos delitos e das penas* (1764), despertavam a juventude para um novo comportamento.

A esse movimento de idéias não ficaram alheios os estudantes da Universidade de Coimbra que, levados pela atuação das Lojas

Maçônicas, presentes em Portugal desde 1740, tornaram-se ávidos leitores daqueles filósofos cujas obras eram proibidas em Portugal.

O ambiente em que viviam os estudantes daquela universidade portuguesa e as discussões motivada pela influência das diversas correntes de idéias se depreende das páginas do Processo nº 8094 da Inquisição de Coimbra. Nele foram denunciados nove estudantes daquela cidade, dentre os quais Antônio de Moraes Silva, que vem a ser o primeiro dicionarista da língua portuguesa e que, em 1817, seria nomeado membro do Conselho de Estado da "República de Pernambuco". O processo é fruto da denúncia do estudante de Geometria Francisco Cândido Chaves, 23 anos, perante o Tribunal da Inquisição de Coimbra em 17 de maio de 1779, onde afirma que na casa do também estudante Antônio de Moraes Silva, brasileiro nascido no Rio de Janeiro, "se discutiam pontos de religião e se citavam autores como Helvécio, Voltaire e Rousseau, a quem chamavam de profundíssimos filósofos" e que alguns estudantes "eram aliciadores da seita dos *Pedreiros Livres*" (maçons).<sup>1</sup>

Ao depor em sua defesa, no processo movido contra si e mais oito colegas, Antônio Moraes Silva, na audiência de 28 de maio, declarou estar cursando o quinto ano do curso jurídico, sendo filho de Antônio de Moraes e Silva e de Rosa Maria de Carvalho, com idade de 23 anos, morador da Rua do Loureiro, Freguesia do Salvador, naquela cidade. Nas audiências de 12 e 18, de junho, 6 e 7, de julho, disse ainda ser aplicado no estudo das línguas francesa, inglesa e italiana, sendo leitor de obras do Conde de Mirabeau (Honoré Gabriel Riqueti, 1749-1791), de quem lera o *Sistema da Natureza e Instituições Políticas*, bem como das obras de Montesquieu, *Cavaleiro de Milagan* (sic) e *Quadro da História Moderna* (sic), Beccaria, *Tratado dos delitos e das penas*, Voltaire, *Obras poéticas*, e Rousseau. Defendo-se em seu depoimento, diz "não entender nem entende que toque ao Santo Ofício puni-lo por essa razão, pois que o conhecimento [de tal matéria] está reservado a Real Mesa Censória". Disse ainda ter emprestado a obra de Mirabeau a

(1) "*Pedreiros livres*; membros de uma sociedade secreta, espalhada por todo o globo, e que se supõe ter principiado por uma associação de arquitetos de diversas nações, na idade média, outros pretendem que teve origem na construção do templo de Salomão"; *Diccionario da Língua Portuguesa*, composto por Antônio de Moraes Silva. Lisboa, 1858. 6ª ed.

José Antônio de Mello, que tinha o apelido de "Misanthropo", que afirmou ser "a dita obra perigosíssima e capaz de enganar a todos que não soubessem Filosofia, mas que ele não deixara de achar alguma preciosidade". Concluindo o curso de Medicina, em 1778, José Antônio se transferira para Pernambuco, no mês de novembro daquele ano, levando consigo a obra de Mirabeau. (Processo nº 8094/ ANTT).<sup>2</sup>

Mas a Inquisição do final do século XVIII não era a mesma de tempos passados. Os seus segredos já vazavam para o mundo exterior...

Sabedor por um informante da sentença do inquisidor José Antônio Ribeiro de Moura, prolatada em 20 de julho de 1779, condenando a si e todos os demais companheiros por crime de heresia e apostasia, Antônio de Moraes Silva fugiu com destino à Lisboa, escondido numa carroça de feno. Dias depois, contando novamente com o concurso de amigos, se transfere para Londres onde permaneceu sob a proteção do embaixador de Portugal na Grã Bretanha, tenente-general Luís Pinto de Souza Coutinho, futuro Conde de Balsemão, a quem ele dedica a primeira edição do seu *Diccionario da Língua Portugueza* (1789).

No mesmo processo, o estudante Vicente Júlio Fernandes, filho de Júlio Fernandes, 25 anos de idade, natural da Ilha da Madeira, então condenado por heresia e apostasia, depondo em 30 de agosto de 1779, afirma que o estudante Francisco de Mello Franco "levara de sua casa dois ou mais tomos das *Cartas do Marquês d' Argent* para ler, os quais lhe emprestara Antônio de Moraes Silva, que lhe disse ter lido o *Sistema da Natureza*", obtido por empréstimo a José Antônio da Silva Mello a quem tratava por "Misanthropo".

Depois de exercer atividades diplomáticas em Londres, Roma, e Paris, Antônio de Moraes e Silva regressa a Portugal. Em Lisboa, novamente comparece ao Tribunal do Santo Ofício, em 21 de janeiro de 1785, Processo nº 2015, apresentando atestado de ter procedido

---

(2) Antônio de Moraes Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1755, transferindo-se para Portugal, em 1774, onde matriculou-se no Curso de Leis da Universidade de Coimbra, tendo concluído em 1779. Em 1789 publica o primeiro Dicionário da Língua Portuguesa, cujos direitos autorais vendera aos livreiros Borel & Cia. por 2 000 cruzados, recebendo ainda uma gratificação de 600.000 reis. Vem a falecer no Recife, em 11 de abril de 1824, sendo o seu corpo sepultado na igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, na Rua Nova.

como bom católico, assinado pelo padre Ricardo a Sto. Silvano, vice-provincial dos carmelitas descalços na Inglaterra, datado de 23 de novembro de 1784. Em sua confissão diz que, quando estudante em Coimbra, discutia com vários colegas acerca de matérias da religião, "reduzindo todos os dogmas aos ditames razão, desprezando as verdades reveladas pelo lume da fé"; que lera livros anti-católicos, como *Emile*, de Rousseau. Absolvido, em 23 de dezembro de 1785, teve como pena *de levi* a de confessar-se nas quatro festas do ano - Natal, Páscoa da Ressurreição, Pentecostes e Assunção de Nossa Senhora - e o preceito de certas e determinadas rezas.

Novamente indiciado pela Inquisição de Lisboa (Processo nº 14.215), Antônio de Moraes Silva se vê compelido a retornar ao Brasil e assim tentar nova vida. Já casado com Narcisa Pereira da Silva, filha do tenente-coronel José Roberto Pereira da Silva, transfere-se para Pernambuco (*Paranambuco*), em 30 de abril de 1788, segundo denúncia de Escolástica Maurizia.<sup>3</sup>

Estabelecido no Recife, morador na Rua Nova, a partir de 1796, se transforma em proprietário do Engenho Novo da Muribeca, que recebera de seu sogro, onde veio a escrever a segunda e mais importante edição do seu *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813) - "recompilada, emendada e muito acrescentada"-, a partir da qual passa o seu nome a figurar como autor.

## O PODER DAS IDÉIAS

Com a chegada do século XIX as idéias liberais, introduzidas em Pernambuco pelos estudantes e bacharéis da Universidade de Coimbra, alguns deles simpatizantes da maçonaria e outros pertencentes ao clero regular e secular, começaram a despertar na população antigos sentimentos nativistas. A fundação do Seminário de Olinda, a 16 de fevereiro de 1800 pelo bispo Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, em muito contribuiu para que as idéias liberais republicanas, divulgadas pelos teóricos da Revolução Francesa (1789), fossem debatidas nos púlpitos e entre os alunos do novo centro de estudos.

---

(3) Inquisição de Lisboa Processo nº 14. 215/1788 - ANTT (Lisboa).

O antigo Colégio dos Jesuítas foi logo transformado em um Seminário cuja finalidade era "dar instruções à mocidade em todos os principais ramos da literatura, própria não só de um eclesiástico, mas também de um grande cidadão que se propõe a servir ao Estado".

Com a abertura dos portos às nações amigas pelo Príncipe Regente Dom João em 1808, o Recife, que segundo Henry Koster possuía uma população de cerca de 25 mil habitantes, veio a se tornar de maior movimento comercial da colônia, chegando a exportar no ano seguinte 12.801 caixas de açúcar. Os altos preços obtidos por este produto, que em 1817 atingiu a quantia de 17 francos a arroba, e pelo algodão, "então com um aumento de 500 por cento", fez surgir na província grandes fortunas e um maior intercâmbio com os Estados Unidos e a Europa.

As sociedades secretas continuavam sua marcha doutrinária, "a fim de tornar conhecido o estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob os influxos das idéias democráticas", tornando-se verdadeiros celeiros de liberais.

Paralelamente os lentes e seminaristas do Seminário de Olinda se encarregavam de difundir as idéias e princípios dos filósofos franceses, particularmente Jean Jacques Rousseau e Montesquieu, juntamente com preceitos da Constituição dos Estados Unidos da América e da Declaração francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, fermentando assim princípios liberais que viriam mudar o cenário político dos anos que se seguiram.

Em 1801, fora sustada a misteriosa conspiração dos Suassunas - que tinha por fim transformar Pernambuco em uma República sob a proteção de Napoleão Bonaparte - com a prisão dos irmãos Francisco de Paula, Luís e José Francisco Cavalcanti de Albuquerque.

Quando da deflagração da República de Pernambuco, em 6 de março de 1817, os sentimentos nativistas forjados quando da Restauração Pernambucana de 1654 continuavam bem presentes nos pronunciamentos dos "patriotas" de então. Assim é que **O Preciso** etc., o primeiro jornal a circular nesta província, redigido por José Luiz de

Mendonça,<sup>4</sup> narrando os fatos acontecidos quando da eclosão do movimento, tem como impressor "a *Off. da República de Pernambuco, 2ª vez restaurado*", numa alusão clara à Restauração Pernambucana de 27 de janeiro de 1654.

No meio da população ainda permanecia o espírito nativista formado pela Restauração Pernambucana, em 1654, e posto em prática na deposição do Xumbergas (Jerônimo de Mendonça Furtado) em 1666, na posteriormente chamada Guerra dos Mascates, movimento republicano de caráter separatista encabeçado por Bernardo Vieira de Melo, em 1710. Escrevendo em 20 de janeiro de 1818 o desembargador Escrivão do Tribunal da Alçada no Recife, João Osório de Castro Souza Falcão, enfatiza:

*Que todos os filhos do país, ricos, e com postos de ordenanças e milícias, que não estavam doentes até o bloqueio, com exceção, de bem poucos, que talvez não chegassem a dez nas duas comarcas do Recife e Olinda foram rebeldes mais ou menos entusiasmados, dos quais muitos escaparam à formação da culpa, pelo que as testemunhas pela maior parte vêm prevenidas como vêm ainda ocupando os mesmos postos; testemunhas porém apontadas além das que se pedira, aos ouvidores e estes aos juizes têm declarado fatos e feito referimentos que têm estendido a diligência.*

*A idéia que os rebeldes fizeram ter aos seus chamados patricios ignorantes da história de que esta terra, sendo conquistada pelos seus*

(4) Ao depor no Processo nº 7058, Inquisição de Lisboa, em que figura como denunciado o padre Bernardo Luiz Ferreira Portugal, diz ser "advogado dos Auditórios Eclesiástico e Secular, tenente do Regimento de Cavalaria de Olinda, casado, natural de Porto Calvo (Alagoas), morador na Vila de Santo Antônio do Recife, 31 anos de idade". No "Livro [1º] dos Termos das Entradas de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Bairro de Santo Antônio 1791-1833", o seu nome aparece na fls. 36: "13 de abril de 1799, José Luiz de Mendonça e sua mulher D. Vitoriana Pereira da Silva": Condenado por sua participação na República de Pernambuco veio a ser arcabuzado, em 12 de junho de 1817, juntamente com os patriotas Domingos José Martins e o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, no Campo da Pólvora da cidade do Salvador (Bahia).

*passados aos holandeses, ficou sendo propriedade sua e que a doaram a El Rei nosso senhor, debaixo de condições que ele não tem cumprido, pela imposição de novos tributos e que os europeus que têm vindo aqui estabelecer-se têm enriquecido à custa deles patrícios e se têm feito senhores do país, e eles escravos;...<sup>5</sup>*

Nos cenáculos das cinco Lojas Maçônicas, principalmente as localizadas nas residências de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, e de Domingos José Martins, se conspirava com banquetes "estritamente nacionalistas" contra o governo de Dom João, "a tirania real", e a influência dos portugueses, "marinheiros", no comércio e nas forças armadas, ao mesmo tempo que o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro era taxado de fraco e irresoluto. Segundo testemunho do Monsenhor Francisco Muniz Tavares, autor do clássico *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, editada pela primeira vez em 1840:

*Entre os amantes da república, figuravam alguns mações, ou pedreiros livres. Esta sociedade secreta respeitada por ser misteriosa, e condenada cegamente como tal, disse que em tempo assaz remoto fora instituída com o louvável fim de confraternizar os homens, e excitá-los à prática das virtudes morais: concedendo aos seus membros plena garantia de pensar, oferecendo mútua comunicação de idéias, e socorros, facilitando a correspondência por todos os lugares, e exigindo inviolável segredo do seu procedimento, a concessão do projeto, que ali é julgado vantajoso, prossegue com perseverança o seu curso. Nenhuma instituição apresentando melhores vantagens ao trabalho da regeneração nacional, aqueles mações principalmente em 1809 a organizar cada um na cidade de seu domicílio várias lojas, e erigiram o Grande oriente, ou*

<sup>(5)</sup> *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: MEC, 1954, v. 103, p. 127.

*Governo Supremo da Sociedade, na Bahia, residência do maior número dos sócios que tenham sido iniciados, e elevados aos altos graus na Europa.*<sup>6</sup>

Nos púlpitos das igrejas, espalhadas por toda província, as novas idéias eram debatidas e exaltadas pelos padres recém-saídos do Seminário de Olinda, alguns com estudos na Europa, criando um clima por demais favorável à revolta; que a tradição popular veio denominar de *Revolução de Padres*.<sup>7</sup>

"O capitão-general, informa Muniz Tavares, pouca ou nenhuma atenção prestava aos intrigantes, e se algum procurava indispor-lo falando das Lojas Maçônicas, respondia: se divertem, nada poderão fazer".

O Ouvidor da Comarca do Sertão, magistrado José da Cruz Ferreira, comparece, em março de 1817, perante o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, a fim de narrar a denúncia, recebida da parte do português Manuel de Carvalho Medeiros, sobre a nova conspiração encabeçada pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Domingos José Martins e Antônio Gonçalves da Cruz, além de alguns oficiais dos regimentos de 1ª linha".

Imediatamente foram convocados os Oficiais Gerais Portugueses, que se encontravam no Recife, e determinada a prisão dos civis e militares envolvidos, entre eles os capitães de Artilharia Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, José de Barros Lima e Pedro da Silva Pedroso, tenente-secretário do mesmo Corpo, José Mariano de Albuquerque, e a do ajudante de Infantaria, Manuel de Souza Teixeira.

A prisão dos implicados dar-se-ia no dia seguinte, 6 de março, tendo sido destacado o marechal José Roberto Pereira da Silva para efetuar a dos civis e o comandante de cada um dos Corpos a dos

<sup>(6)</sup> TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Imprensa Industrial, 1917. 3ª ed., p. 37. Oliveira Lima, comentando na nota XXIII, desta mesma edição, afirma que "as idéias republicanas no Brasil são, pode dizer-se sem risco de incorrer em inexactidão, o resultado direto de suas sociedades secretas..." (p. 274). Vide também: F. A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vol. VII, p. 92.

<sup>(7)</sup> Segundo se depreende dos *Autos da Devassa de 1897*, nada menos de 73 padres aparecem como simpatizantes da causa republicana.

militares. Neste período o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, chefe da Artilharia, "português, orgulhoso, altivo, violento e severo", no dizer de Muniz Tavares, reuniu a tropa e resolveu desacatar os oficiais suspeitos acusando-os de agitadores. Domingos Teotônio Jorge o repeliu, tendo o brigadeiro, imediatamente, ordenado ao capitão Antônio José Vitoriano que efetuasse a sua prisão na Fortaleza das Cinco Pontas.

De maneira diferente procedeu o capitão José de Barros Lima, conhecido pela alcunha de Leão Coroado, que ao ser intimado da voz de prisão desembainhou a sua espada e desferiu-a contra o brigadeiro português, dando assim início à revolta.

## A REPÚBLICA DE 1817

Dos quartéis às ruas, foi apenas questão de minutos. Os sinos tocavam rebate; o enviado do governador foi morto a tiros; um jovem tenente de Artilharia, Antônio Henriques, dirigiu-se à cadeia a fim de libertar Domingos José Martins e demais presos comuns que ali se encontravam, enquanto o capitão Manuel D'Azevedo entrava em negociações para soltura dos oficiais recolhidos à Fortaleza das Cinco Pontas. O governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro recolheu-se ao Forte do Brum, juntamente com seus familiares e demais oficiais, enquanto caíam os últimos redutos da resistência, com a rendição das tropas comandadas pelo marechal José Roberto Pereira da Silva que guarneciam o Campo do Erário (hoje Praça da República), às 16h do mesmo dia.

Destacamento comandado pelo tenente José Mariano foi enviado à Olinda e no dia seguinte os 800 milicianos de Domingos Teotônio Jorge fizeram o cerco da Fortaleza do Brum. Um *ultimatum*, assinado por Domingos Teotônio Jorge, padre João Ribeiro e Domingos José Martins, foi levado pelo advogado José Luiz de Mendonça ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro exigindo de logo a rendição.

As condições foram de logo aceitas pelos oficiais portugueses e governador, ali recolhidos, e a rendição foi de pronto assinada,

enquanto os revoltosos providenciavam o transporte dos presos e familiares para o Rio de Janeiro.

Com gritos de regozijo pela vitória, os oficiais revoltosos retiraram das barretinas e dos pavilhões as insígnias do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, sendo o gesto seguido pela soldadesca. Uma bandeira toda branca veio a surgir, no meio da tropa, substituindo a real.

As tropas e o povo marcharam para o Campo do Erário, onde fora escolhidos os eleitores para a nomeação do novo governo, sendo posteriormente lavrado o seguinte termo:

*Nós abaixo assinados, presentes para votarmos na nomeação de um governo provisório para cuidar na causa da pátria, declaramos à face de Deus que temos votado e nomeado os cinco patriotas seguintes: da parte do eclesiástico, o Patriota João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro; da parte militar, o patriota capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa; da parte da magistratura, o patriota José Luís de Mendonça; da parte da agricultura, o patriota coronel Manuel Correia de Araújo; e da parte do comércio, o patriota Domingos José Martins e ao mesmo tempo todos firmamos esta nomeação, e juramos de obedecer a este governo em todas as suas deliberações e ordens. Dado na Casa do Erário, às doze horas do dia 7 de março de 1817. E eu Maximiano Francisco Duarte escrevi. Assinados - Luis Francisco de Paula Cavalcanti - José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima - Joaquim Ramos de Almeida - Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque - Joaquim José Vaz Salgado - Antônio Joaquim Ferreira de S. Paio - Francisco de Paula Cavalcanti - Felipe Néri Ferreira - Joaquim da Anunciação e Siqueira - Tomás Ferreira Vila Nova - José Maria de Vasconcelos Bourbon - Francisco de Paula Cavalcanti Júnior - Tomás José Alves de Siqueira - João de Albuquerque Maranhão - João Marinho Falcão.*

A essa junta agregou-se um Conselho, formado pelos notáveis da nova república, que incluíam o desembargador Antônio Carlos de Andrade, o dicionarista Antônio Moraes Silva e o Deão da Sé, Dr. Bernardo Luís Ferreira Portugal.

Imediatamente concedeu-se aumento de soldo aos militares e aboliram-se alguns impostos. Proclamações e pastorais impressas, além de cerimônias públicas, procuraram evitar os choques dos nativos com os europeus e conquistar a confiança da população de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Comarca das Alagoas, que tinham espontaneamente aderido a República Pernambucana.

Estava pois consolidado o movimento que Manuel de Oliveira Lima veio denominar de "a única revolução brasileira digna deste nome, instrutiva pelas correntes de opinião, que no seu seio se desenharam, atraente pelas peripécias, simpática pelos caracteres e tocante pelo desenlace".

De logo foram enviados emissários ao Ceará (subdiácono José Martiniano de Alencar e Miguel Joaquim César) e a Bahia (padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, Padre Roma), enquanto o governo provisório ganha popularidade com apoio do clero e de nomes de grande expressão na vida da província.<sup>8</sup>

## O NATIVISMO PERNAMBUCANO

Em todos os movimentos emancipacionistas, originários de Pernambuco, o que se vislumbra é orgulho nativista dos Restauradores de 1654. Uma mesma ideologia, a de que os antepassados pernambucanos

(8) "No dia 8 confirmou o governo no mesmo caráter de secretário, que exercia, a José Mairinck da Silva Ferrão, e reconhecendo que o expediente seria muito, nomeou, para melhor ordem dos trabalhos, um outro secretário, que foi o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro; e criou um Conselho de Estado, para auxiliar o governo em suas deliberações, para o qual foram nomeados os seguintes *patriotas*: Desembargador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Doutor Antônio de Moraes Silva, Doutor José Pereira Caldas, Deão Doutor Bernardo Luís Ferreira Portugal e o comerciante Gervásio Pires Ferreira" (Pereira da Costa ob. cit., vol. VII, p. 382) "O Conselho Consultivo organizado pela junta governativa constituía um verdadeiro senado, um senado, bem entendido, como o ideado por Bolívar nas suas várias constituições, congregando o escol da inteligência, da ilustração e do prestígio"..., Oliveira Lima notas LIV e seguintes (ob. cit.).

conquistaram esta terra aos holandeses e que doaram a El-Rei de Portugal debaixo de certas condições, se repete ao longo de todas as revoluções e vem explicar o ideal republicano da gente de Pernambuco. Esse comportamento é uma constante em quase todos os movimentos revolucionários como bem observou Evaldo Cabral de Mello, "uma espécie de doutrina das relações entre a Capitania e a Coroa".

Na interpretação de Evaldo Cabral de Mello, passou a ser doutrina entre os pernambucanos, ao longo dos séculos que se sucederam, o entendimento de que "a gente da terra deveria à Coroa não a vassalagem 'natural' a que estariam obrigados os habitantes do Reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído à suserania portuguesa".<sup>9</sup>

Em 1824, era frei Joaquim do Amor Divino Caneca quem relembra os feitos dos Restauradores de Pernambuco ao conclamar as novas gerações através de *O Thyphis Pernambucano*. Mais tarde, já quando o Brasil se apresentava no consórcio das nações como país independente, Gervásio Pires Ferreira (1765-1836) chamava a atenção dos seus contemporâneos de que os interesses da Província de Pernambuco não coincidiam nem com os de Lisboa nem com os do Rio de Janeiro, chegando o editorialista do *Diário de Pernambuco*, de 3 de janeiro de 1865 a comentar: ... "ele aceitava a idéia de independência nacional, mas quanto a nossa união com o Rio de Janeiro ele opunha sisudas ponderações, demonstrando que nos cumpria estabelecer condições".

Não podendo exterminar o nativismo dos pernambucanos, sem forças para domar a sua insubserviência, o Poder Central vem, ao longo dos anos, empobrecendo a heróica Província: primeiro, com a cobrança de tributos, como aquele que em 1817 era destinado à iluminação das ruas do Rio de Janeiro; posteriormente, com a Revolução Republicana de 1817, Pernambuco teve o seu território mutilado com a perda da Comarca das Alagoas; pela sua participação na Confederação do Equador de 1824, lhe foram suprimidos os 130 mil quilômetros quadrados da Comarca do São Francisco, até hoje anexados "provisoriamente" ao território da antiga Província da Bahia.

---

<sup>(9)</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. Rio: Nova Fronteira, 1986. p. 124; 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 473 p.

Não somente seu território, mutilaram também suas rendas, no firme propósito de empobrecer toda uma região, conforme demonstra os editoriais do *Diário de Pernambuco* de 11 de dezembro de 1845 - "Apreciação de Pernambuco em sua relação com o Império"; 3 de março de 1846 - "Renda de Pernambuco apuradas e como se vão"; 29 de agosto de 1859 - "Editorial"; 3 de janeiro de 1865 - "Pernambuco e Rio de Janeiro"; 3 de agosto de 1884 - "Interessante. Um curioso remeteu-nos as seguintes linhas"; 10 de julho de 1878 - "O Sul e o Norte do Império" (continua em 19 de agosto e 18 de outubro de 1878), só para citar esses.<sup>10</sup>

Tais expedientes e retaliações vieram contribuir para a aversão dos de Pernambuco a qualquer poder centralizador que viesse de encontro a sua autonomia. A centralização de um governo no Rio de Janeiro, sem ouvir os interesses das demais províncias, insuflava os brios dos pernambucanos e provocava temores em Joaquim Nabuco, o nosso mais brilhante pensador da segunda metade do século XIX e início do século XX. Confidenciava ele, em artigo publicado no jornal *O Paiz* (Rio de Janeiro), edição de 16 de dezembro de 1888, transcrito por Fernando da Cruz Gouvêa, que o espírito do pernambucano era, ao mesmo tempo, republicano e separatista<sup>11</sup>:

*As notícias que nos chegam de Pernambuco, a respeito do movimento republicano, são notícias más para quem toma interesse pela causa liberal em nosso país. Eu conheço bem o caráter dos meus coprovincianos para afirmar que, sem uma esperança razoável de conseguir uma medida decisiva de autonomia, a Província de Pernambuco estará republicana dentro de pouco tempo. A sua tradição é republicana: ela fez-se por si, defendeu-se sozinha contra a Holanda, quando Portugal estava em poder dos espanhóis: conquistou a sua independência por suas próprias mãos, e nada deve ao Império senão a*

<sup>(10)</sup> *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*. José Antônio Gonsalves de Mello (organizador). Recife: Diário de Pernambuco, 1975. 2 v.; MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio: Topbooks, 1999. 299 p.

<sup>(11)</sup> GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Editora Massangana, 1990.

*centralização, que já a teria morto, como as suas irmãs do Norte, se não fosse a sua vitalidade extraordinária, alguma coisa no seu clima e na sua luz que impede a decadência talvez a consciência da sua identidade histórica.*

*Em política, a principal ciência é ver as coisas como elas são. Eu concordo que o espírito pernambucano é republicano, mas é também separatista. Se a República fosse proclamada amanhã, seria quase impossível continuar o Norte a ser governado do Sul.*

E, mais adiante, adverte Joaquim Nabuco:

*... eu quero fazer duas ou três observações à esses nossos antigos camaradas.*

*A primeira é esta: se estás pronto, se esta é a vossa intenção, a ir até a separação, até a destruição disto que se chama Brasil, a constituir um Pernambuco independente, com uma política interna e externa exclusivamente sua, se esse é o vosso sonho, poderá continuar a vossa agitação. Mas se querem manter a integridade da pátria brasileira, não vos iludais pensando que podeis servir a dois fins, para atear e para apagar o incêndio; para acordar e para adormecer as tradições pernambucanas; para criar e para destruir a força revolucionária. Para fazerdes Pernambuco republicano um nome de suas tradições, para colheres a seara da liberdade pernambucana em torno dos cadafalsos dos seus mártires, não vos iludais precisais reconstituir esse passado tal qual foi, ressuscitar esses sonhos patrióticos exatamente como eram, e então ser vos-á impossível soldar de novo ao pescoço do Leão do Norte a corrente que o houverdes quebrado do governo sulista. Ser vos-á impossível restaurar historicamente, como quereis, o*

*Pernambuco dos holandeses, o de 1817, de 1821 e de 1824, para o fazerdes governar do Rio de Janeiro. Não tenhais dúvidas a esse respeito. Essas tradições são maiores que toda a vossa eloqüência, e quando depois de destruída a Monarquia as quisésseis deixar de lado como armas inúteis ou perigosas, veríeis logo outros correrem a apossar se delas, porque esse grandioso arsenal no nosso passado está aberto a todos os patriotas, e não podereis fechar.*

E concluindo, afirma com esperança no futuro de sua Província natal:

*Eu acredito conhecer bem o entusiasmo pernambucano, mas o povo pernambucano, como diz Curtius do povo ateniense, só foi grande porque achou sempre nos momentos do seu maior arrebatamento algum homem que falasse à sua razão calma e lhe mostrasse o seu verdadeiro caminho.*

Em nossos dias, ainda permanece o mesmo ranço de tempos passados. Dirigido por um sistema centralizador, que tem como sede o Centro-Sul do país, o Nordeste Brasileiro, não somente Pernambuco, paga caro por ser parte integrante desta Federação. Todo o sistema de produção de bens foi instalado nos Estados do Centro-Sul, conseqüente todo o sistema fiscal vem carreando recursos para essa região, em prejuízo dos estados do Norte-Nordeste. Tal política em muito contribuiu para o empobrecimento regional e o conseqüentemente desnível nacional que caracteriza o nosso quadro sócio-econômico.

Denuncia o economista Clóvis Cavalcanti<sup>12</sup> que apesar do território do Nordeste Brasileiro deter 29% da população nacional, 14,7% da população da América do Sul, com uma das menores rendas per capita do planeta e de todas as mazelas de semelhante quadro social, a região é responsável apenas por 12% do montante da tal propalada dívida externa brasileira: "Na hora de contrair o endividamento externo,

<sup>(12)</sup> Revista *Ciência e Cultura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, junho de 1988.

a região nordestina foi sempre um parceiro ausente, conhecida como é a hegemonia centro-sulina no comando da política econômica brasileira".

O sentimento republicano, em Pernambuco, tem se mantido uma constante ao longo de sua história. Um mesmo ideário nativista, o de que esta terra fora conquistada por seus antepassados e doada a El-Rei debaixo de certas condições e a de que fora o povo pernambucano o único responsável pela fixação de suas próprias fronteiras, tem estado presente em todos os movimentos emancipacionistas. O imaginário popular se encarregou de criar um *Panteão Pernambucano*, inicialmente com uma tetrarquia de heróis, os chamados pais da Pátria - João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão -, depois acrescido com os nomes de todos os mártires e ideólogos dos movimentos revolucionários de 1710, 1817, 1824, 1848, além de outros que integram a legião dos chamados *Grandes de Pernambuco*. Todos eles, como vimos, vinculados por uma mesma raiz ideológica e dedicados a manter acesa a chama da autonomia da gente pernambucana.<sup>13</sup>

Logo após a proclamação da República, quando se mantiveram as mesmas punições e retaliações feitas no império contra a província de Pernambuco, a partir dos pronunciamentos dos seus principais líderes, a insubserviência do povo pernambucano continuou a ser uma constante, como se depreende do manifesto de José Mariano Carneiro da Cunha hipotecando seu apoio à Revolta da Armada, publicado na edição de *A Província* de 5 de novembro de 1893, em que ressalta: "É preciso que a Nação inteira se levante fazendo uma última intimação ao Marechal Floriano Peixoto para que deixe o poder, pelo bem da paz e salvação da República". - O manifesto custou a prisão de José Mariano, em 14 de novembro do mesmo ano, que, depois de recolhido ao Forte do Brum, foi transferido para a Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 19 de setembro de 1894.

Em 18 de maio de 1922, foi a vez do então senador Manuel Antônio Pereira Borba denunciar uma tentativa de intervenção federal no seu Estado em enfático e exaltado telegrama dirigido ao Presidente Epitácio Pessoa, onde concluía de forma exaltada: *Pernambuco não se*

<sup>(13)</sup> MELLO Evaldo Cabral de. *Rubro veio - o imaginário da Restauração Pernambucana*. op. cit.

*deixará humilhar*. Surgia assim a campanha autonomista que veio mobilizar todo o Estado contra as manobras de intervenção postas em prática, naqueles tumultuados dias, pelo Governo Federal que mais uma vez se levantava contra a autonomia de Pernambuco.

O imaginário nativista chega até os dias atuais, com os pernambucanos praticando, no seu *simpático caminhar*, de que fala Oliveira Lima, a "insubserviência de quem já foi mais", da imagem do poeta João Cabral de Melo Neto, que assim vislumbrou o seu Pernambuco, "nos mapas que o mutilaram".

Só vai na horizontal  
nos mapas em que o mutilaram;  
em tudo é vertical:  
dos sobrados aos bueiros da Mata.

Até o mandacaru  
que dá a vitalícia banana  
a todos que do Sul  
olham-no do alto da mandância.

Aquela horizontal  
é enganosa, está só nos mapas:  
não diz de sua história  
e muito menos de sua casta.